

O trio da resistência civil: unidade, planejamento, disciplina

THE CHECKLIST FOR ENDING TYRANNY

PETER ACKERMAN E HARDY MERRIMAN

FROM THE BOOK: *IS AUTHORITARIANISM STAGING A COMEBACK*
EDITORS: MATTHEW BURROWS AND MARIA STEPHAN
THE ATLANTIC COUNCIL, 2015
TRANSLATION: JPD SYSTEMS, OCTOBER 2017

TRANSLATOR'S NOTES

Medidas a tomar para o fim da tirania

Por Peter Ackerman e Hardy Merriman

Actualmente, os conflitos mais fatais do mundo não ocorrem entre estados mas no seio dos mesmos, opondo tiranos às populações por eles oprimidas. É geralmente aceite que tais populações oprimidas dispõem de duas escolhas: conformarem-se com a tirania, na esperança de que a mesma evolua para algo mais brando, ou encetar uma insurreição para conquistar a liberdade. Esta visão limitada é refutada pelo facto de as campanhas de resistência civil (por vezes, designadas de movimentos de "Poder Popular" ou conflitos não-violentos) terem ocorrido de forma muito mais frequente do que se pensa. Desde 1900, tem ocorrido, em média, por ano, uma campanha importante de resistência civil que desafia um governante no poder.¹ Desde 1972 que estes movimentos liderados pelos cidadãos têm definido cada vez mais os resultados dos conflitos geopolíticos e transacções democráticas mais significativos.² No entanto, os decisores políticos, académicos, jornalistas e outros observadores interessados subvalorizam de forma consistente esta capacidade de cidadãos comuns abalarem a tirania e conquistarem direitos sem recurso a violência.

Um ângulo morto analítico

As revoltas na Tunísia e no Egipto, em 2011, e, mais recentemente, na Ucrânia, em 2014, são exemplos de como a resistência civil popular pode surpreender as pessoas com o seu poder e potencial de transformação. Ninguém previu estas revoltas, mas as mesmas não são de todo únicas. Poucos, se é que alguém, viram a chegada das "Revoluções Coloridas" na Sérvia (2000), Geórgia (2003) e Ucrânia (2004). Nas décadas anteriores, ninguém antecipou o facto de a resistência não-violenta organizada vir a desempenhar um papel decisivo na queda do ditador filipino Ferdinand Marcos (1986), do ditador chileno Augusto Pinochet (1988), do regime soviético na Polónia (1989) ou do regime do apartheid na África do Sul (1992).

Ao procurarem explicar estes e outros conflitos não-violentos, os especialistas internacionais e regionais concluem com frequência que os casos bem-sucedidos de resistência civil são anomalias históricas baseadas num conjunto único de circunstâncias num determinado país, num determinado momento. Dado que tais dinâmicas são consideradas específicas para cada caso, não são vistas como prova de uma estratégia geral através da qual as populações podem exercer poder contra uma variedade de opressores. Contudo, os tiranos em todo o mundo não sofrem deste ângulo morto. Acabaram por reconhecer que os movimentos de Poder Popular são a maior ameaça aos seus regimes contínuos.

Este capítulo aparece em: Mathew Burrows e Maria J. Stephan (editores.), Is Authoritarianism Staging a Comeback?, Washington, DC: The Atlantic Council, 2015.

Devido à aceleração da incidência dos conflitos não-violentos durante a última década, é absolutamente fulcral que os apoiantes da mudança democrática actualizem a sua compreensão dos motivos pelos quais os movimentos de Poder Popular são bem-sucedidos. Os conflitos não-violentos funcionam em muitos casos diferentes, dado que exploram duas realidades fundamentais: o facto de os regimes autoritários dependerem da obediência em larga escala das populações que oprimem de modo a manterem o seu controlo e o facto de que nem toda a gente em tais regimes é leal do mesmo modo.

A forma como a resistência civil funciona

Com base nestas duas realidades, os resistentes civis mobilizam as populações para retraírem a sua obediência e aplicarem pressão não-violenta – através de tácticas como greves, boicotes, grandes manifestações e outras medidas – de forma a destabilizarem um sistema opressivo e conquistarem direitos, liberdade e justiça. Quando a participação na resistência civil se diversifica e aumenta, a repressão contra os resistentes é frequentemente insuficiente para restaurar a tranquilidade e, em vez disso, é mais provável que se torne contraproducente.

À medida que a destabilização continua, começam também a surgir fissuras no seio do governo e outras instituições (ou seja, polícia, forças armadas, meios de comunicação social e organismos políticos, burocráticos e económicos) fundamentais do estado. Tais fissuras levam frequentemente a deserções e, à medida que as deserções proliferam, as capacidades centrais de que um déspota depende para o seu regime – controlo de recursos materiais, recursos humanos, qualificações e conhecimentos das pessoas, meio informativo e capacidade de aplicar sanções – são devastadas. Deixados sem uma cadeia de comando viável através da qual possam executar as ordens, em última instância, os tiranos esgotam as suas opções e são expulsos das suas posições devido à pressão não-violenta contínua. O resultado tem sido frequentemente a mudança radical.

Competências vs. Condições

Devido ao crescente impacto e incidência da resistência civil, é importante examinar quais os factores que determinam os resultados da mesma. As condições anteriores ao início do conflito determinam se o vencedor será o movimento ou o déspota? Ou será a vitória para qualquer um dos lados determinada de maior forma pelas decisões estratégicas e a competência com que travam o conflito?

Um aspecto fundamental da missão do Centro Internacional para os Conflitos Não-Violentos (pela tradução aproximada de *International Center on Nonviolent Conflict*) é afirmar que as competências são geralmente mais importantes do que as condições na determinação das trajetórias e dos resultados dos movimentos. Normalmente, este ponto resulta em resistência significativa, particularmente centrada na vontade de utilização de violência por parte do adversário. "A resistência não-violenta apenas funciona contra adversários benignos ou brandos" é um refrão frequente, mas as derrotas do regime do apartheid na África do Sul, de Pinochet, no Chile, de Marcos, nas Filipinas, ou do regime comunista, na Polónia, são convenientemente esquecidas. Exemplos mais recentes incluem Hosni Mubarak, no Egipto, e Ben Ali, na Tunísia. Nenhum destes regimes pode ser considerado brando, benigno ou relutante na utilização de repressão severa.

Estes exemplos qualitativos são suportados pela análise quantitativa. Em 2008, a organização Freedom House lançou um estudo de investigação que examinava diversos factores estruturais e respectiva influência na resistência civil em 64 transições de governos autoritários, entre 1975 e 2006. Eis um excerto da conclusão principal do estudo:

... nem os factores políticos nem ambientais examinados no estudo tiveram um impacto estatisticamente significativo no êxito ou no fracasso dos movimentos de resistência civil... [O]s movimentos cívicos têm tantas probabilidades de êxito em países menos desenvolvidos e pobres economicamente como em sociedades desenvolvidas e afluentes. O estudo também não encontra qualquer prova evidente de que a polarização étnica ou religiosa tenha um impacto considerável nas possibilidades de emergência de uma oposição cívica coesiva. Nem o tipo de regime parece ter uma influência importante na capacidade de os movimentos cívicos conquistarem apoio generalizado.³

O único factor examinado no estudo que teve uma influência estatisticamente significativa na emergência e nos resultados dos movimentos de resistência civil foi a centralização governamental. Os autores escrevem que:

O estudo sugere que níveis elevados de centralização estão associados de forma positiva à emergência de um movimento cívico robusto com potencial para desafiar a autoridade do regime. O contrário também aparenta ser verdade: quanto mais elevado for o nível de descentralização governamental, menores são as probabilidades de surgir um movimento de mobilização cívica bem-sucedido.⁴

Então, apesar de o estudo encontrar uma condição ambiental influenciadora das trajetórias dos movimentos de resistência civil, as conclusões gerais do mesmo anulam firmemente a pretensão de que as condições são determinadoras do resultado de tais conflitos.

Três anos mais tarde, os académicos Erica Chenoweth e Maria Stephan analisaram, de forma rigorosa, 323 campanhas violentas e não-violentas que desafiaram governos no poder entre 1900 e 2006, no seu livro premiado em 2011, *Why Civil Resistance Works: The Strategic Logic of Nonviolent Conflict*.⁵ As suas conclusões pioneiras demonstraram que as campanhas não-violentas tiveram êxito 53% das vezes contra 26% das vezes para campanhas não-violentas.⁶ Concluiu-se também que, apesar de a repressão estatal e outros factores estruturais poderem influenciar as perspectivas de uma campanha de resistência civil quanto ao êxito (contudo, frequentemente menos do que aquilo que é assumido – no caso da repressão estatal violenta, as taxas de êxito só reduziram em cerca de 35%), não foram encontradas condições estruturais determinantes dos resultados dos movimentos.⁷ Após avaliarem cuidadosamente os dados, concluíram que "as provas sugerem que a resistência civil é frequentemente bem-sucedida independentemente das condições ambientais que muitas pessoas associam ao fracasso das campanhas não-violentas".⁸

Estes resultados revelam as premissas incorrectas nas quais se baseia a visão convencional relativa à resistência civil. As competências e a escolha estratégica são frequentemente mais importantes do que as condições na determinação dos resultados destes conflitos. Na verdade, isto não é surpreendente quando consideramos que a primeira decisão estratégica dos opositores da tirania é a forma de luta. É justo supor que, caso as condições externas fossem fulcrais na determinação do resultado, então a escolha estratégica da forma de luta pelas pessoas que desafiam a tirania não importaria e que as taxas de êxito entre conflitos violentos e não-violentos ao longo do tempo e em muitos casos seriam iguais.

Contudo, isto não é o que indicam os dados. Entre 1900 e 2006, os movimentos de Poder Popular foram duas vezes mais bem-sucedidos, e casos recentes demonstram que o diferencial nas taxas de êxito não mudou significativamente.⁹ Há quem possa contrariar isto, afirmando que os resistentes civis escolhem batalhas mais fáceis de vencer. Contudo, Chenoweth e Stephan previram esse argumento e demonstram que "a grande maioria das campanhas não-violentas surgiu no contexto de regimes autoritários... nos quais mesmo a oposição pacífica pode produzir consequências fatais".¹⁰

O Prémio Nobel da economia, Thomas Schelling, tinha razão num estudo que

Este capítulo aparece em: Mathew Burrows e Maria J. Stephan (editores.), *Is Authoritarianism Staging a Comeback?*, Washington, DC: The Atlantic Council, 2015.

escreveu há mais de 50 anos, no livro *Civilian Resistance as a National Defence. Nonviolent Action against Aggression*. Eis as suas conclusões:

O tirano e os respectivos súbditos encontram-se em posições de certa forma simétricas. Os últimos podem negar ao tirano a maior parte daquilo que pretende. Isto se tiverem a organização disciplinada para recusarem a colaboração. Por sua vez, o tirano pode negar-lhes praticamente tudo o que quiser. Pode fazê-lo através da força sob o seu comando... É uma situação de negociação na qual qualquer um dos lados, se devidamente disciplinado e organizado, pode negar a maior parte daquilo que o outro lado pretende; e falta ainda saber quem ganha.¹¹

De acordo com Schelling, as táticas seleccionadas por resistentes civis têm custos e vantagens, tal como as táticas utilizadas pelo respectivo oponente autoritário. O vencedor é o protagonista que distribui estes custos e benefícios com maior eficácia para si próprio. Um líder competente da resistência civil pretende criar perturbação de modo a maximizar as deserções e, idealmente, pretende implementar táticas nas quais pequenas perturbações conduzem a números elevados de deserções. Já o déspota competente necessita de reforçar a obediência, frequentemente através da violência, e, idealmente, pretende utilizar o mínimo de violência com vista a alcançar o máximo de obediência. O valor total em termos de deserção *versus* obediência determina quem ganha.

Medidas a tomar

Se as competências e a escolha estratégica têm mais influência nos resultados dos movimentos de resistência civil, então devemos ser capazes de identificar capacidades, competências e escolhas partilhadas numa série de movimentos que compõem os denominadores comuns para o êxito. Podem ser analisados bastantes aspectos de um movimento, mas, quando examinamos a multiplicidade de variáveis, concluímos que as três capacidades-chave dos movimentos de resistência civil bem-sucedidos são:

1. Capacidade para unir as pessoas
2. Planeamento operacional
3. Disciplina não-violenta

Quando estas capacidades estão presentes num movimento de resistência civil, preparam o cenário para três poderosas tendências se manifestarem, que

Este capítulo aparece em: Mathew Burrows e Maria J. Stephan (editores.), *Is Authoritarianism Staging a Comeback?*, Washington, DC: The Atlantic Council, 2015.

também têm impactos extremos no êxito do movimento. Estas tendências são:

1. Crescente participação civil na resistência civil
2. Redução do impacto da repressão e crescente efeito contraproducente
3. Crescentes deserções do adversário de um movimento

Em conjunto, referimo-nos a estes três atributos e a estas três tendências como "Medidas a tomar". Acredita-se que alcançar estes atributos e estas tendências aumenta de forma significativa a probabilidade de êxito de um movimento. Quanto a este aspecto, as medidas a tomar não são uma fórmula que garantem resultados mas uma estrutura que ajuda as pessoas a organizarem a sua lógica e melhorarem a sua eficácia.

Para esse efeito, uma função das medidas a tomar é contornar o sentido de desorientação que se pode manifestar durante um conflito. A complexidade é um dos maiores desafios enfrentados por qualquer movimento de resistência civil e na confusão do conflito pode ser difícil identificar que factores são mais importantes na tomada de decisões. Defendemos que, se um activista ou um observador externo pretender avaliar as perspectivas de um movimento, perguntar se as três capacidades e três tendências das medidas a tomar estão presentes irá fornecer uma base robusta para a avaliação do estado, pontos fortes, pontos fracos e perspectivas para o êxito actuais de um movimento.

Em baixo, discutimos as medidas a tomar:

1. Capacidade para unir as pessoas

Os déspotas são adeptos do "dividir para reinar" e aqueles que os desafiarem têm de ser mais adeptos da criação de união. Criar e manter unidade é multidimensional, mas o aspecto primordial para tal é desenvolver uma visão partilhada e inclusiva para um movimento de resistência civil. Alcançar isto exige que os organizadores dos movimentos tenham um conhecimento aprofundado de reivindicações, ambições, cultura e valores dos vários públicos que pretendem mobilizar. Este conhecimento forma as bases para o desenvolvimento e para a comunicação de uma visão que atrai apoio generalizado e mobiliza as pessoas. As visões eficazes identificam-se com a experiência e os sentimentos pessoais de cidadãos comuns e convocam a sua participação na resistência civil colectiva.

Outro aspecto fundamental da criação de unidade é a presença de uma liderança e uma estrutura organizacional legítimas. A participação nos movimentos é voluntária e, deste modo, os líderes não possuem comando formal e autoridade de controlo

sobre uma população em mobilização. Tal significa que as decisões num movimento têm de ser efectuadas e executadas de formas que sejam consideradas legítimas pelos públicos aos quais se solicita a mobilização. Cada movimento desenvolve a sua própria forma de o realizar – alguns de forma mais hierárquica, outros de forma mais descentralizada e outros através de uma combinação de ambos ao longo do tempo. Independentemente da liderança exacta e estrutura organizacional de um movimento, existem formas diferentes de liderança nos movimentos e a unidade implica harmonizá-las. Por cada líder nacional titular ou carismático, existem vários líderes locais que necessitam de ser competentes no desenvolvimento de coligações, a negociar e a acordar interesses entre grupos diferentes. É a capacidade de os diferentes líderes, a escalas diferentes (locais ou nacionais), de diferentes partes de um país, representantes de vários grupos, trabalharem em conjunto que sustenta a unidade a longo prazo.

É possível observar provas da utilização de ambos os aspectos da unidade na resistência civil pelo movimento contra o apartheid na África do Sul, na década de 1980. Centenas de grupos cívicos locais brotaram durante essa década para reivindicar exigências municipais, como água potável e acesso a serviços, unindo-se simultaneamente sob uma visão comum para acabar com o apartheid e conquistar a reconciliação nacional. Estes grupos cívicos, que se cristalizaram na Frente Democrática Unida, tinham líderes locais que foram capazes de liderar tácticas descentralizadas com eficácia (isto é, boicotes de consumidores) quanto a problemas locais, comunicando e colaborando simultaneamente com estruturas organizacionais mais amplas e a liderança nacional do movimento.

2. Planeamento operacional

Travar uma resistência civil eficaz é muito mais complexo do que é geralmente assumido. A imagem que vem à cabeça quando as pessoas pensam em resistência civil é de protesto e, no entanto, esta é apenas uma de literalmente centenas de tácticas disponíveis. Os movimentos mais eficazes compreendem qual táctica escolher, quando, onde, como, por quem deve ser executada, qual deve ser o alvo da mesma e qual deverá ser a sua sequência no contexto de outras tácticas.

A resposta a estas questões exige adequadamente um planeamento com base numa análise detalhada dos pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças de um movimento e de um adversário, assim como uma avaliação do ambiente do conflito e das partes neutras ou não comprometidas (incluindo membros da comunidade internacional) que podem influenciar o conflito. Com base nestas informações, os movimentos podem desenvolver objectivos a curto, médio e longo prazo eficazes,

bem como planos operacionais correspondentes. Apesar de esses planos serem desenvolvidos ao longo do tempo como resposta a eventos no terreno (como acontece com todos os planos), o processo e a lógica do planeamento são mais cruciais para os participantes num movimento do que qualquer plano particular.

A propósito, é no planeamento operacional que se observa a intersecção mais clara de competências e condições num conflito. A base do planeamento operacional é uma avaliação das condições – favoráveis e desfavoráveis – enfrentadas por um movimento. Em seguida, o movimento planeia explorar condições favoráveis e ultrapassar, transformar ou contornar condições adversas através de competências e escolha estratégica.

Observa-se um exemplo claro de planeamento operacional no movimento Solidariedade na Polónia, na década de 1980. Ao compreenderem os seus pontos fortes e as suas capacidades, os operários articularam uma exigência poderosa e realista, do ponto de vista político, no sentido de organizações sindicais independentes (contudo, contiveram-se e não apelaram ao então inatingível objectivo de acabar com o regime comunista); concentraram as suas forças na organização laboral e solidariedade entre os vários operários contra as vulnerabilidades económicas e falta de legitimidade do oponente e escolheram a tática eficaz de convocação de greves, ocupando os seus locais de trabalho (em vez de protestarem fora dos mesmos, algo que os tornou vulneráveis à repressão quando tentaram fazê-lo em anos anteriores). Isto foi ampliado pelo recurso dos operários a instituições alternativas – particularmente, máquinas de impressão e publicações periódicas independentes – desenvolvidas durante a década anterior para facilitar a comunicação entre cidades. Ao seleccionarem um objectivo estratégico, um alvo e táticas adequados (uma greve de ocupação e a utilização de instituições alternativas) dentro das suas capacidades, o movimento Solidariedade lidou com eficácia com o contexto do conflito, ultrapassou condições adversas e progrediu no sentido do objectivo final de um estado polaco democrático, conquistado em 1989.¹²

3. Disciplina não-violenta

A manutenção da disciplina não-violenta – que é a capacidade de os resistentes permanecerem não-violentos, apesar de provocações – é central nas dinâmicas funcionais da resistência civil. Através da disciplina não-violenta, os movimentos podem maximizar a participação civil, aumentar o custo da repressão para um oponente, elevar a probabilidade de um efeito contraproducente da repressão e têm muito mais probabilidades de provocar deserções nos pilares de apoio principais de um adversário. Conforme demonstra a investigação de Chenoweth e Stephan, estas vantagens contribuem de forma significativa para o diferencial nas taxas de êxito

entre violência e campanhas de resistência civil.¹³

Alcançar a disciplina não-violenta requer que os movimentos confiem que a resistência civil é um método eficaz para defenderem o seu conflito. As informações sobre como funciona a resistência civil e o respectivo registo histórico podem ser úteis neste aspecto, assim como pode uma estratégia eficaz que acumula vitórias incrementais ao longo do tempo e demonstra que a resistência civil funciona. Os movimentos também podem manter disciplina não-violenta ao criarem uma cultura e normas que a apliquem. Por exemplo, o movimento Otpor na Sérvia, que destituiu Slobodan Milosevic, formou novos membros sistematicamente para compreenderem como funciona a resistência civil e os motivos pelos quais é importante permanecerem não-violentos.

Tais esforços não requerem que um movimento apresente argumentos éticos acerca da manutenção de uma postura não-violenta, mas as pessoas devem reforçar mutuamente as vantagens práticas da disciplina não-violenta, lembrando-se ao mesmo tempo de casos (sendo a Síria o exemplo trágico recente) nos quais a impaciência ou falta de confiança na resistência civil produziu uma mudança para tácticas violentas com previsíveis consequências desastrosas.

4. Crescente participação civil na resistência civil

O nível elevado de participação civil na resistência civil é possivelmente o maior indicador de êxito do movimento.¹⁴ Isto faz sentido, dado que quanto mais pessoas retirarem consentimento e obediência a um déspota, mais fraco este se torna e maior será o seu custo para tentar permanecer no controlo. Além disso, acreditamos que a crescente participação civil também aumenta a probabilidade de a repressão ser contraproducente e as provas quantitativas demonstram que uma participação civil mais elevada aumenta a probabilidade de ocorrência de deserções entre os apoiantes de um adversário.¹⁵

Ilustrando a importância de níveis elevados de participação civil, as revoluções de 2011 no Egipto e na Tunísia angariaram amplo apoio entre diversos grupos demográficos – homens e mulheres; grupos religiosos e seculares; pessoas jovens, de meia-idade e idosas; operários da classe baixa e média, assim como populações urbanas e rurais. Em contraste, tanto o movimento estudantil de 1989 na China como o Movimento Verde de 2009 mobilizaram milhões e fizeram manchetes, mas nenhum conquistou os objectivos declarados, em parte devido ao facto de nenhum ter crescido ao ponto de incluir uma participação civil ampla para além da sua base demográfica inicial.

Atingir níveis de participação elevados na resistência civil é uma consequência dos primeiros três itens das medidas a tomar. Uma visão unificadora ajuda a criar coesão e angariar mobilização. O planejamento operacional incute confiança e fornece um conjunto de táticas para acomodar a tolerância de risco, o tempo disponível e a capacidade de sacrifício variáveis por parte das pessoas em prol do movimento. Uma estratégia eficaz fornece opções para pobres, ricos, jovens, idosos e todos os outros fazerem algo, pouco ou muito, para apoiar o movimento. A disciplina não-violenta garante que todas as pessoas podem participar (por oposição a apenas homens robustos numa resistência armada) e os métodos não-violentos têm muito mais probabilidades de apelar a um largo espectro da sociedade.

5. Redução do impacto da repressão e crescente efeito contraproducente

Uma das ferramentas mais poderosas de um déspota é a capacidade de perpetrar repressão e os movimentos eficazes aprendem a reduzir o impacto dela, aumentando simultaneamente os custos da mesma. Uma forma de o fazer é através de uma avaliação de riscos e de uma escolha de táticas precisas, dado que nem todas as táticas arriscam a repressão de maneira idêntica. Apesar de as acções centralizadas, como grandes manifestações, terem probabilidades de enfrentar repressão, as táticas descentralizadas, como boicotes de consumidores, greves efectuadas ficando em casa, dias de doença para não ir à escola ou apresentação anónima de símbolos pequenos em locais públicos são muito mais difíceis de reprimir por parte de um regime. Tal deve-se ao facto de os participantes em determinadas táticas (isto é, boicotes de consumidores) não serem óbvios (não é possível saber, ao olhar-se para alguém, se estão a boicotar ou não um produto) ou ao facto de os autores serem difusos e possuírem capacidade de negação (isto é, uma greve efectuada ficando em casa exige que a polícia faça visitas a casa de cada operário e participante numa baixa por doença de modo a saber se estão realmente doentes nesse dia).

Em 1983, no Chile, os dissidentes políticos opostos à ditadura de Augusto Pinochet tiveram de encontrar uma forma para contornar a repressão. Uma década de detenções, execuções, tortura e desaparecimentos em massa significou que as pessoas ficaram demasiado aterrorizadas para se organizarem ou mobilizarem. Em Abril, os mineiros do cobre convocaram uma greve nos arredores de Santiago, mas Pinochet ameaçou com derramamento de sangue, ao mandar os seus militares cercar as minas antes do suposto início da greve. Perante tamanha repressão, os líderes sindicais cancelaram a greve e, por sua vez, convocaram um dia nacional de protesto, no qual todas as pessoas que protestavam contra o regime trabalhariam devagar, caminhariam devagar, conduziriam devagar e, às 20 horas, bateriam em tachos e panelas.¹⁶ Ocorreu uma participação sem precedentes e generalizada nestas acções e isto conduziu a apelos a protestos mensais. Tratou-se do primeiro passo principal na

ruptura da camada de receio e pulverização, que era o alicerce do regime de Pinochet. Estas acções apresentavam um nível aceitável de risco reduzido para os participantes e eram também irreprimíveis – as forças de segurança de Pinochet não tinham resposta para tais tácticas descentralizadas de grande escala.

Outros aspectos da redução do impacto da repressão ou aumento dos seus custos e da probabilidade de ser contraproducente envolviam a articulação de determinadas denúncias em termos apolíticos (o apelo dos manifestantes por água potável e por bairros seguros, por oposição ao apelo à queda do regime), a criação de linhas bem definidas de sucessão na liderança, bem como o colmatar da distância social entre os participantes de um movimento e os grupos nacionais e internacionais, de modo que a repressão contra o movimento tivesse mais probabilidades de se tornar contraproducente. Por exemplo, quando o blogger egípcio Khaled Said foi retirado de um cibercafé, em 2010, e espancado até à morte pelas forças de segurança por expor a corrupção, o grupo dissidente do Facebook "We are All Khaled Said" combateu as tentativas de desvalorização da vida de Said por parte do governo egípcio. Através da sua presença, deixaram claro que Said tinha muito em comum com o egípcio médio, levando, deste modo, a que a repressão tivesse um efeito contraproducente.

6. Crescentes deserções do adversário de um movimento

À medida que a resistência civil progride ao longo do tempo, provoca frequentemente mudanças na lealdade e deserções entre os apoiantes activos e passivos de um adversário. Por exemplo, os reformadores e os radicais no governo poderão entrar em conflitos públicos pelo controlo. Os interesses económicos poderão pressionar o estado para acomodar as exigências de um movimento de modo que os negócios voltem ao normal. Os funcionários do regime, como soldados, polícia, burocratas e outros poderão também começar a mudar as suas lealdades, talvez pelo facto de terem sido persuadidos pelas exigências do movimento, estarem indignados com o regime ou terem familiares e amigos que participam na resistência civil. Mesmo as elites solidárias com o regime poderão começar a duvidar da sua sustentabilidade e a tornarem-se neutras para não arriscarem acabar no lado errado da história caso a resistência civil seja bem-sucedida.

Na Revolução Laranja da Ucrânia, em 2004, os dissidentes procuraram intencionalmente linhas de comunicação com as forças de segurança, contando com o corpo de oficiais militares aposentados como intermediários.¹⁷ Ao longo do tempo, a oposição provou pelas suas acções que era não-violenta e razoável; apelou às forças de segurança para servirem e protegerem o bem público; colmatou a distância

Este capítulo aparece em: Mathew Burrows e Maria J. Stephan (editores.), Is Authoritarianism Staging a Comeback?, Washington, DC: The Atlantic Council, 2015.

social através da fraternização, de slogans e de ações (como oferecer rosas à polícia de intervenção); expôs a corrupção do regime no poder e fomentou, em última instância, mudanças ao nível da lealdade entre as forças de segurança. Quando chegou a altura de participarem na repressão, muitos soldados e polícias ucranianos tornaram-se simplesmente neutros. Situação semelhante ocorreu na Sérvia sob o regime de Milosevic. Sem desertarem abertamente, as forças de segurança deixaram simplesmente de executar as ordens do regime. No auge do movimento Otpor, a 5 de Outubro, o polícia responsável por largar dispersantes químicos de um helicóptero nas multidões de Belgrado recusou fazê-lo, afirmando que não conseguiu uma visão nítida das multidões, dado que as condições meteorológicas eram nebulosas, apesar de estar ensolarado. Posteriormente, comentou que sentiu que não podia acarretar as ordens, visto que havia membros da sua família entre os manifestantes nesse dia.¹⁸

Quer sejam impulsionadas pela persuasão ou por interesse próprio, deserções como esta resultam frequentemente de processos de longo prazo catalisados por um movimento de resistência civil. Tal como as duas tendências anteriores das medidas a tomar, esta tendência surge da materialização da unidade, do planeamento e da disciplina não-violenta de um movimento. Os dados demonstram que níveis elevados de participação diversificada estão associados a uma maior probabilidade de deserção e que a unidade, o planeamento e a disciplina não-violenta contribuem todos para uma participação ampla e diversificada. Em particular, a disciplina não-violenta é importante para instigar deserções. Desde que um movimento permaneça não-violento e evite mudar para uma insurreição violenta (tal como no caso trágico da Síria, em 2011), então este pode continuar a lutar e mantém aberta a possibilidade de deserções. Se os alvos ao nível das mudanças em termos de lealdade no seio de um regime não forem ameaçados existencialmente por uma insurreição violenta, o potencial de deserção dos mesmos permanece uma ameaça contínua para a coesão da estrutura de poder de um regime autoritário.

Implicações para Intervenientes Externos

Estas medidas a tomar não são orientações apenas para dissidentes. Podem também ser aplicadas por outros círculos para melhorarem o seu desempenho no que diz respeito a estes conflitos.

Por exemplo, as medidas a tomar podem ajudar os jornalistas a relatarem mais perceptivamente a resistência civil. Se os jornalistas pretendem realizar observações penetrantes sobre um conflito, as medidas a tomar indicariam que colocar um repórter em frente ao alvo em chamas de um cocktail Molotov em Kiev, no início de

2014, para poder especular se a violência poderá piorar nada esclarece sobre as forças propulsoras do conflito. No entanto, a investigação sobre o estado da unidade e do planeamento de um movimento, sobre as origens da desagregação na disciplina não-violenta, sobre a participação civil crescente, sobre o impacto decrescente da repressão num movimento e sobre se as forças de segurança estão ou não a obedecer a ordens abertamente, ou mesmo a desertarem, forneceria uma análise inovadora. Adicione-se a isto a compreensão do apoio perdido na comunidade empresarial e fica claro o motivo pelo qual o presidente ucraniano, Yanukovich, fugiu a 21 de Fevereiro deste ano, horas após a pior violência executada pelo regime ter tido efeitos contraproducentes. Tais desenvolvimentos são mais previsíveis se se observarem os indicadores correctos de antemão.

Se tivessem sido consideradas pelos decisores políticos na segunda metade de 2011, as medidas a tomar poderiam ter indicado maiores oportunidades de uma resistência civil vencedora contra o regime de Assad na Síria. As mudanças contínuas ao nível da lealdade (não se limitando apenas aos soldados sunitas) no domínio militar, em termos de um afastamento em relação ao regime, poderiam ter sido vistas como a melhor esperança para a vitória. A retirada de apoio por membros da comunidade empresarial foi outro indicador. Neste contexto, o encorajamento do Exército Livre da Síria, no início de 2012, para lutar contra as forças militares alaunitas remanescentes de Assad foi visto como contraproducente, se não mesmo um presságio de tragédia.

As medidas a tomar podem ser especialmente úteis no desenvolvimento de normas regentes de assistência externa para movimentos indígenas de Poder Popular. Por exemplo, as primeiras três capacidades nas medidas a tomar baseiam-se em competências e podem ser aumentadas através de uma troca de informações robusta. Nos termos do artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, os tiranos não podem restringir o fluxo de informações a nível transfronteiriço ou punir cidadãos que retransmitem tais informações a dissidentes. Todos os seis itens nas medidas a tomar podem despertar reflexões acerca de caminhos para a inovação tecnológica que podem facilitar o cultivo das três capacidades e das três tendências.

As medidas a tomar e os conflitos que irão moldar o nosso futuro

Os contextos nos quais os conflitos não-violentos são travados são complexos, e os resistentes civis – que requerem uma coordenação de base para implementarem uma vasta gama de táticas numa estratégia vencedora – deparam frequentemente com um sentido de desorientação. O seu receio natural de tomar decisões erradas com a vida e a liberdade das pessoas em risco pode provocar a passividade que um tirano procura e

pode também reforçar a ilusão da invulnerabilidade desse tirano.

As medidas a tomar podem ajudar os dissidentes a contornar este sentido de desorientação e a percorrer um caminho a seguir. Alguns dirão que, com tantas variáveis em jogo, medidas a tomar para acabar com a tirania são algo demasiado simplista e que avaliar a tomada de decisões fundamental durante os conflitos futuros irá requerer uma atenção especial sobre factores únicos a esse local e momento.

No entanto, as medidas a tomar não apelam a que se ignorem factores específicos numa situação mas a que se compreendam tais factores no contexto de um quadro estratégico mais amplo que revele de que forma e por que motivo podem os movimentos de resistência sair vencedores. Atul Gawande, que investigou a importância das medidas a tomar numa variedade de outros contextos, escreve que:

As medidas a tomar parecem capazes de proteger todas as pessoas, mesmo as pessoas experientes, de fracassarem em muito mais tarefas do que pensávamos. Fornecem uma espécie de rede cognitiva. A mesma apanha falhas mentais inerentes a todos nós – falhas de memória, atenção e minuciosidade...¹⁹

Sob condições de complexidade real – nas quais o conhecimento necessário excede o de qualquer indivíduo e onde a imprevisibilidade reina... [medidas a tomar eficazes] garantem que as coisas estúpidas, embora fundamentais, não são ignoradas e... asseguram que as pessoas falam e se coordenam... para gerir, da melhor forma possível, as subtilezas e imprevisibilidades.²⁰

As medidas a tomar podem não ser o indicador final de quem irá prevalecer: o tirano ou o resistente civil. Contudo, as mesmas podem funcionar como o conjunto de indicadores fundamental e contínuo para a compreensão da forma como os apelos à liberdade pelos cidadãos podem ultrapassar as posições enraizadas dos sistemas autoritários.

Notas Finais

¹ Com base na investigação de Erica Chenoweth e Maria Stephan, que identificou 105 campanhas de resistência civil à procura de uma mudança de governo em países e territórios em todo o mundo, entre 1900 e 2006.

Chenoweth, Erica e Maria Stephan. 2011. *Why Civil Resistance Works: The Strategic Logic of Nonviolent Conflict*. Nova Iorque: Columbia University Press. Página 6

NAVCO 1.1 dados disponíveis em:

http://www.du.edu/korbel/sie/research/chenow_navco_data.html

² Com base em 67 transições para democracia analisadas entre 1972 e 2005, no estudo de investigação *How Freedom is Won: From Civic Resistance to Durable Democracy*. Os autores concluem que:

"A força da resistência civil foi um factor principal na condução de 50 de 67 transições, ou em mais de 70 por cento dos países nos quais as transições começaram quando caíram sistemas ditatoriais e/ou surgiram novos estados a partir da desintegração de estados multinacionais. Dos 50 países nos quais a resistência civil foi uma estratégia principal (isto é, países nos quais ocorreram transições propulsionadas por forças cívicas ou países nos quais ocorreram transições mistas envolvendo contribuições significativas de forças cívicas e detentores do poder), nenhum era um país Livre, 25 eram países Parcialmente Livres e 25 eram Países Não Livres. Actualmente, [em 2005], anos após a transição, 32 destes países são Livres, 14 são Parcialmente Livres e apenas 4 são países Não Livres".

Ackerman, Peter e Adrian Karatnycky. 2005. *How Freedom is Won: From Civic Resistance to Durable Democracy*. Washington, DC: Freedom House. Páginas 6 e 7

³ Marchant, Eleanor, Adrian Karatnycky, Arch Puddington e Christopher Walter. 2008. *Enabling Environments for Civic Movements and the Dynamics of Democratic Transition*. Relatório da Freedom House. 18 de Julho. Página 1

⁴ *Ibid.* Página 1

⁵ Chenoweth, Erica e Maria Stephan. 2011. *Why Civil Resistance Works: The Strategic Logic of Nonviolent Conflict*. Nova Iorque: Columbia University Press. Página 6

⁶ *Ibid.* Página 9

⁷ *Ibid.* Página 68

Este capítulo aparece em: Mathew Burrows e Maria J. Stephan (editores.), *Is Authoritarianism Staging a Comeback?*, Washington, DC: The Atlantic Council, 2015.

⁸ *Ibid.* Página 62

⁹ Chenoweth, Erica. 2014 Trends in Civil Resistance and Authoritarian Responses. The Atlantic Council Future of Authoritarianism Project. Abril de 2015.

¹⁰ Chenoweth, Erica e Maria Stephan. 2011. *Why Civil Resistance Works: The Strategic Logic of Nonviolent Conflict*. Nova Iorque: Columbia University Press. Página 66

¹¹ Thomas C. Schelling. 1968. "Some Questions on Civilian Defence", em *Civilian Resistance as a National Defence: Non-violent Action Against Aggression*, editado por Adam Roberts. Harrisburg, Pensilvânia: Stackpole Books. Página 304.

¹² Ackerman, Peter e Jack DuVall. 2000. *A Force More Powerful: A Century of Nonviolent Conflict*. Londres: St. Martin's Press/Palgrave Macmillan. Páginas 113 a 174

¹³ Chenoweth, Erica e Maria Stephan. 2011. *Why Civil Resistance Works: The Strategic Logic of Nonviolent Conflict*. Nova Iorque: Columbia University Press. Páginas 30 a 61

¹⁴ *Ibid.* Páginas 30 a 61

¹⁵ *Ibid.* Páginas 46 a 49

¹⁶ *A Force More Powerful*. Realizado por Steve York. York Zimmerman. 2000. Filme.

¹⁷ Binnendijk, Anika Locke e Ivan Marovic. 2006. Power and Persuasion: Nonviolent Strategies to Influence State Security Forces in Serbia (2000) and Ukraine (2004). *Communist and Post-Communist Studies* 39, número 3 (Setembro). Páginas 411 a 429.

¹⁸ Entrevista com Nebojsa Covic, *Vecernje Novosti*, 2 de Outubro de 2010.

¹⁹ Gawande, Atul. 2009. *The Checklist Manifesto: How to Get Things Right*. Nova Iorque: Picador. Página 47

²⁰ *Ibid.* Página 79